

ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 024/2022****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2022**

- **Aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos e eletrodomésticos para as unidades escolares pertencentes a Secretaria Municipal de Educação o.**

DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.618.037/0001-13, estabelecida à Av. Nossa Senhora do Carmo 1890, sala 1304 – Carmo, CEP 30.320-000 - Belo Horizonte/MG, através de seu representante legal, Sr. PEDRO WILTON DE AZEVEDO CARNEIRO, brasileiro, casado, portador do RG nº 10143525-3 DIC RJ e CPF nº 084.738.537-09, com domicílio à Av. Nossa Senhora do Carmo 1890, sala 1304 – Carmo, CEP 30320-000 - Belo Horizonte/MG, vem à presença de V.S.^a interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra decisão tomada pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio, de acordo com os fundamentos que passa a expor.

I. DA LICITAÇÃO E EDITAL

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete iniciou processo de licitação para aquisição de mobiliários, eletroeletrônicos e eletrodomésticos para as unidades escolares pertencentes a Secretaria Municipal de Educação

Para tanto, o Poder Público Municipal elegeu a modalidade de pregão eletrônico, apontando como critério de contratação o “MENOR PREÇO POR ITEM”, conforme se depreende do instrumento convocatório.

É dentro dessa disputa pelo preço que se extrai a ética do pregão que, por fim, define e espelha a ética do mercado. Vence aquele que tem e pode praticar o menor valor. Concorrentes indispostos a diminuir margens de lucro não estão sintonizados com o espírito do pregão.

Deduz-se, assim, que a proposta mais vantajosa à Administração Pública, na modalidade pregão, é extraída apenas do confronto entre preços observados na fase de lances.

II. INABILITAÇÃO DA RECORRENTE. MOTIVOS

A sessão pública de pregão ocorreu em 31 de Março de 2022, quando os licitantes apresentaram seus envelopes de proposta e habilitação.

A recorrente saiu vitoriosa na fase de lances, apresentado, portanto, a condição mais vantajosa ao Poder Público, nos seguintes termos:

PROPOSTA COMERCIAL

Proteja.

PROCESSO 024/2022

EDITAL PREGÃO: 014/2022

PROTEJA BH

RAZÃO SOCIAL: DPL COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 39.618.037/0001-13

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003882728.00-65

OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

AV NOSSA SENHORA DO CARMO 1890 / SALA 1304 - CARMO - CEP 30320-000 BELO HORIZONTE / MG

Tel 31 3582-6126

Resp: Pedro Carneiro

Tel: 31 35826126


Email: pedro@protejabh.com.br

DADOS BANCÁRIOS

Banco INTER 077

AG 0001

CC 8681893-7

ITEM	DESCRIPTIVO	MARCA/MODELO	QTD	CUSTO UNITARIO	VALOR TOTAL																																																												
9	<p>QUADRO BRANCO MAGNÉTICO MAXIMA STEEL MOLDURA ALUMÍNIO®</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>COD.</th> <th>BAV</th> <th>FAVL</th> <th>QTD. MAX</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>2604</td><td>PROT-400008</td><td>100 cm x 100 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2605</td><td>PROT-400010</td><td>100 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2606</td><td>PROT-400012</td><td>120 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2607</td><td>PROT-400019</td><td>100 cm x 150 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2612</td><td>PROT-400018</td><td>200 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2609</td><td>PROT-400003</td><td>240 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2618</td><td>PROT-400017</td><td>270 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2611</td><td>PROT-400016</td><td>300 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2621</td><td>PROT-400015</td><td>330 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2616</td><td>PROT-400013</td><td>400 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2617</td><td>PROT-400014</td><td>450 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2619</td><td>PROT-400011</td><td>500 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2619</td><td>PROT-400012</td><td>500 cm x 150 cm</td><td>1 UN.</td></tr> <tr><td>2620</td><td>PROT-400018</td><td>600 cm x 120 cm</td><td>1 UN.</td></tr> </tbody> </table> <p>Quadro Branco Magnético e Maxima com uma lona fixada medindo 18mm dentro e 17mm de espessura, com 2 anos. Suporte de suspensão 25cm.</p> <p>Composto por: Apoio Steel/Alumínio. Chapa de resina MDF revestido 12 mm. Moldura Superior de Alumínio.</p> <p>Tamanho 120 cm X 300 CM</p>	COD.	BAV	FAVL	QTD. MAX	2604	PROT-400008	100 cm x 100 cm	1 UN.	2605	PROT-400010	100 cm x 120 cm	1 UN.	2606	PROT-400012	120 cm x 120 cm	1 UN.	2607	PROT-400019	100 cm x 150 cm	1 UN.	2612	PROT-400018	200 cm x 120 cm	1 UN.	2609	PROT-400003	240 cm x 120 cm	1 UN.	2618	PROT-400017	270 cm x 120 cm	1 UN.	2611	PROT-400016	300 cm x 120 cm	1 UN.	2621	PROT-400015	330 cm x 120 cm	1 UN.	2616	PROT-400013	400 cm x 120 cm	1 UN.	2617	PROT-400014	450 cm x 120 cm	1 UN.	2619	PROT-400011	500 cm x 120 cm	1 UN.	2619	PROT-400012	500 cm x 150 cm	1 UN.	2620	PROT-400018	600 cm x 120 cm	1 UN.	CORTIART	100	R\$ 760,00	R\$ 76.000,00
COD.	BAV	FAVL	QTD. MAX																																																														
2604	PROT-400008	100 cm x 100 cm	1 UN.																																																														
2605	PROT-400010	100 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2606	PROT-400012	120 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2607	PROT-400019	100 cm x 150 cm	1 UN.																																																														
2612	PROT-400018	200 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2609	PROT-400003	240 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2618	PROT-400017	270 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2611	PROT-400016	300 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2621	PROT-400015	330 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2616	PROT-400013	400 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2617	PROT-400014	450 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2619	PROT-400011	500 cm x 120 cm	1 UN.																																																														
2619	PROT-400012	500 cm x 150 cm	1 UN.																																																														
2620	PROT-400018	600 cm x 120 cm	1 UN.																																																														

Assinado de forma digital
por PEDRO WILTON DE
ALMEIDA
CARNEIRO/08478533706
Dados: 2022.03.31 14:25:11
+0100'

13		FRISBEL	45	R\$	1.300,00	R\$	58.500,00
Valor Total						R\$	134.500,00

A EMPRESA DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS DECLARA QUE:

1- ESTÃO INCLUIDAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE, DESCARREGAMENTO E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

3 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA CONSELHEIRO LAFAIETE, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

Belo Horizonte,

quinta-feira, 31 de março de 2022

Pedro Carneiro



Assinado de forma digital
por DPL COMERCIO
REPRESENTACAO E
SERVICOS
LTDA:39618037000113
Dados: 2022.03.31
14:25:32 -03'00'



Assinado de forma
digital por PEDRO
WILTON DE AZEVEDO
CARNEIRO:08473853709
Dados: 2022.03.31
14:25:21 -03'00'

Contudo, a comissão de licitação inabilitou a recorrente por ausência do documento referente a Prova de Regularidade do FGTS, nos seguintes termos:

31/03/2022 16:19:17 Pregoeiro: Inabilitação do DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA / Licitante 6: Conforme informado no chat.
31/03/2022 16:18:59 Pregoeiro: Nos termos do item 10.19 do Edital, considerando a inabilitação da licitante DPL – COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (ME), classificada em 1º lugar dos itens 09 e 13, o Pregoeiro examinará as propostas/lances subsequentes (próximos colocados), verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação.
31/03/2022 16:15:41 Pregoeiro: A documentação de habilitação da empresa DPL – COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (ME) foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO, ante os seguintes fundamentos: a) Não apresentou Prova de Regularidade do FGTS, em desconformidade com o item 8.6.2 do Edital.
31/03/2022 16:11:20 Pregoeiro: A documentação de habilitação da empresa ACHEI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA (EPP) foi conferida e estava em conformidade com o Edital, à exceção da Certidão Negativa de Débitos Estaduais (item 8.6.5), que se encontrava vencida (vencimento em 28/03/2022). Diante disso, considerando que a empresa apresentou a documentação exigida no Edital para fazer jus aos benefícios da LC nº 123/2006, o Pregoeiro poderá conceder à licitante ACHEI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA (EPP) o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, e de acordo com o item 11.2, do Edital, sendo facultado à licitante a regularização ainda no curso desta sessão, mediante envio dos documentos atualizados para o e-mail licita.lafaiete@gmail.com.
31/03/2022 16:09:22 Pregoeiro: A documentação de habilitação das empresas ADILENE ANASTÁCIA FRANCISCO (ME), FERREIRA SALUM COMÉRCIO LTDA (ME), LAF. MÁQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (EPP), MOBILLE – AÇO COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA (ME), QUALITY ELETROMÓVEIS LTDA (ME) e ULTRA BONI LTDA (ME) foi conferida e estava em conformidade com o Edital, encontrando-se HABILITADAS.
31/03/2022 16:08:42 Pregoeiro: Prezados, a seguir será divulgado o resultado da análise das condições de habilitação:
31/03/2022 15:52:19 Pregoeiro: Informa-se que os procedimentos de análise da documentação

de habilitação encontram-se em andamento. Previsão de atualização: 16:10h.
 31/03/2022 14:52:51 Pregoeiro: Informa-se que os procedimentos de análise da documentação de habilitação encontram-se em andamento. Previsão de atualização: 15:50h.
 31/03/2022 14:46:59 Pregoeiro: Prezados, boa tarde! Estamos retomando os trabalhos referentes ao Pregão Eletrônico após o decurso do intervalo de almoço.
 31/03/2022 12:55:46 Pregoeiro: Informamos que, entre 13:00 e 14:45 horas, o sistema permanecerá sem a inclusão de eventos por parte deste pregoeiro para que possamos ter um intervalo para o almoço. Após, será dado prosseguimento à análise das condições de habilitação.
 31/03/2022 12:50:55 Pregoeiro: Prezados, estamos aguardando o encerramento dos lances no item 15, para abertura do intervalo de almoço.
 31/03/2022 12:39:18 Pregoeiro: Prezados, estamos aguardando o encerramento dos lances no item 15, para abertura do intervalo de almoço.
 31/03/2022 12:29:08 Pregoeiro: Prezados, estamos aguardando o encerramento dos lances no item 15, para abertura do intervalo de almoço.
 31/03/2022 12:07:28 Pregoeiro: Iniciado os procedimentos de habilitação do vencedor, indicado licitante DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA / Licitante 6.
 31/03/2022 11:58:41 Sistema: Iniciada a etapa de aceitação da melhor proposta
 31/03/2022 11:57:40 Sistema: Dou-lhe duas para encerrar!

A recorrente de imediato lançou mão de sua manifestação de intenção de recurso, aventando, na ocasião, o seguinte:

1/03/2022 17:19:54 Pregoeiro: Agradeço, em nome da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete a participação de todos no presente certame. Boa tarde!
 31/03/2022 17:19:26 Pregoeiro: Em função da necessidade de se aguardar a fase de recurso e contrarrazões, esta sessão será encerrada a partir deste momento, sem a realização de novos atos na plataforma BBMNET enquanto perdurarem os procedimentos recursais. A reabertura da sessão ocorrerá no dia 19/04/2022, às 09:30 horas, para a divulgação do julgamento do recurso.
 31/03/2022 17:17:20 Pregoeiro: Desta forma, nos termos do item 10.20.14 do Edital, fica o licitante que manifestou interesse em interpor recurso intimado e cientificado de que o prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á em 01/04/2022 e encerrar-se-á no dia 05/04/2022. Ficam todas as licitantes intimadas e cientificadas do prazo para contrarrazões no período de 06/04/2022 a 08/04/2022.
 31/03/2022 17:08:58 Pregoeiro: Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br - opção RECURSO e a apresentação de documentos relativos aos recursos, se houver, caso o sistema eletrônico não suporte receba-los, deverão ser enviados por meio de protocolo postal ou entregues presencialmente no endereço Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-026.
 31/03/2022 17:08:43 Pregoeiro: As razões do recurso devem ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias, a partir do dia seguinte ao término do prazo para manifestação, conforme item 10.20.14 e item 13 do edital.
 31/03/2022 17:08:22 Pregoeiro: Encerrado o prazo recursal, verifica-se que a licitante DPL – COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (ME) manifestou interesse na interposição de recurso em relação ao item 14.
 31/03/2022 17:04:08 Pregoeiro: Foi iniciada a etapa de recebimento de recursos e contra-razão. Os documentos (memorial e contra-razão) podem ser encaminhados por meio do sistema - botão "Inserir Recurso e Contra-razão"
 31/03/2022 16:57:47 DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA / Licitante 6: (RECURSO): DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA / Licitante 6, informa que vai interpor recurso, Gostaria de Interpor Recurso. Pois mais uma vez fomos penalizados pela instabilidade do SITE BBMNET. O nosso Documento FGTS esta no Sistema e posso comprovar isso. Porem ele não Vinculou ao processo.

De fato, embora a recorrente tenha anexado a Prova da Regularidade do FGTS ao sistema, este não o vinculou, fazendo parecer que não houve apresentação do documento, quando, na verdade, a recorrente efetuou sua anexação e confiou estar tudo

de acordo para a sessão eletrônica. Logo, foi com surpresa que recebeu a informação de que a Prova da Regularidade do FGTS não estava entre os documentos de qualificação econômica. Inclusive o próprio sistema BBMNET não prover de um sistema de reorganização da documentação, assim induzindo ao licitante com intuito de prover o “Melhor Preço” ao erro.

Google Chrome
v2.bbmnet.com.br/BBMNET/negociacao/ExibirLicitantePropostaEdital.aspx?Lote=859870&SalaNegociacao=true&time=1648824939240

BBMNet

BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

BBMNET
Licitações | Pregão Eletrônico

Tela de inclusão e vinculação dos documentos de habilitação para o pregão (é necessário atentar-se aos documentos solicitados no edital)

<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Regularidade da Receita Federal e PGFN	CND_Federal.pdf	20/07/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Regularidade da Receita Federal e PGFN	CND_Federal.pdf	20/05/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Regularidade da Receita Federal e PGFN	CND_Federal 24.05.2022.pdf	10/03/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Regularidade da Receita Federal e PGFN	CND_Federal 24.05.2022.pdf	07/02/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS 28.02.2022.pdf	07/02/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS.pdf	17/08/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS 19.03.2022.pdf	10/03/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS.pdf	30/08/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS.pdf	20/05/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS.pdf	20/07/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS 07.04.2022.pdf	22/03/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)	CND_FGTS 07.04.2022.pdf	29/03/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)	Certidão Trabalhista.pdf	20/05/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)	CND_Trabalhista.pdf	20/07/2021	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)	CND_Trabalhista 06.05.2022.pdf	10/03/2022	🔗
<input type="checkbox"/>	Regularidade Fiscal e Trabalhista (certidões)	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)	CND_Trabalhista 06.05.2022.pdf	07/02/2022	🔗

Importante ressaltar que o sistema BBMNET, não proporciona uma ferramenta que reorganize os documentos que existentes no sistema, de forma que possibilita ao participante ao erro ou falha na vinculação com o processo conforme demonstrado no CHAT com a empresa BBMNET abaixo:

BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

BBMNET
Licitações | Pregão Eletrônico

O que você procura? [Login](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#) [Instagram](#) [YouTube](#)

[QUEM SOMOS](#) [SOBRE O SISTEMA](#) [LEGISLAÇÃO / REGULAMENTOS](#)

ATENDIMENTO
De Segunda a Sexta das 08:00 às 18:00 (horário de Brasília)
Exceto Feriados Nacionais

[☎ \(11\) 3113-1900](#) [💬 \(11\) 99837-6032](#) [💬 CHAT ONLINE](#) [❓ FALE CONOSCO](#)

[Principal](#) > [FALE CONOSCO](#)



Vale ressaltar que o próprio Sr Pregoeiro, apontou no dia 31 de Marco de 2022 as 10:57:53 durante o certame, que o próprio Sistema BBMNET está com problemas de Instabilidade.

31/03/2022 11:00:07 Pregoeiro: Portanto, solicito que os licitantes se preparem para a retomada da etapa competitiva, desculpando-nos pelos atraso provocado em decorrência da instabilidade temporária.
 31/03/2022 10:58:55 Pregoeiro: O horário previsto para reinício dos lances nos itens 01 a 05 será às 11:10h.
 31/03/2022 10:57:53 Pregoeiro: A fim de que não haja prejuízo aos licitantes, informo que a fase de lances referentes aos itens 01 a 05 será reiniciada.
 31/03/2022 10:57:05 Pregoeiro: Diante disso, consideramos que a instabilidade do sistema encontra-se sanada, permitindo a retomada do certame.
 31/03/2022 10:56:22 Pregoeiro: ATENÇÃO: Verifica-se que o travamento do status dos itens foi corrigido pelo suporte técnico da BBMNET.
 31/03/2022 10:52:07 Pregoeiro: Informo que tão logo normalizado o funcionamento do sistema, iremos reiniciar a etapa de lances, com prévia comunicação via chat.
 31/03/2022 10:49:25 Pregoeiro: Gentileza não formularem novos lances.
 31/03/2022 10:48:39 Pregoeiro: Prezados licitantes, a título de atualização, informo que o suporte técnico da BBMNET está atuando netse momento para sanar a instabilidade temporária do sistema.
 31/03/2022 10:23:17 Pregoeiro: Estamos em contato com a plataforma BBMNET, visando a normalização do funcionamento. Gentileza aguardar orientações e atualizações via chat.
 31/03/2022 10:19:52 Pregoeiro: Prezados licitantes, verificamos que o sistema eletrônico BBMNET não realizou a atualização do status dos itens abertos para lances, encontrando-se paralisado em situação "Dou-lhe uma".

Colhem-se pontos importantes da inabilitação da recorrente, já na ocasião da sessão pública: **excesso de formalismo** em direção oposta aos posicionamentos mais recentes das principais corte de contas do país; juntada posterior de **documento comprobatório de condição pré-existente**; e, por fim, a falha da habilitação **não alterar ou prejudicar**

substancialmente a proposta comercial vencedora. Somados, estes pontos autorizam o entendimento pelo qual a recorrente deveria ser convidada, através de diligência, a sanar o defeito de sua habilitação, quando então se perceberia que a empresa cumpre com todas as exigências do edital, e mantendo-se o mais importante: o **interesse público consubstanciado na contratação mais vantajosa para a administração.**

III. AUSENCIA DA PROVA DA REGULARIDADE FISCAL FGTS A QUESTÃO DA MOTIVAÇÃO DA DECISÃO

É importante transcrever o item 11.2 do edital de licitação:

11.2. Conforme art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06, havendo **alguma restrição na comprovação** da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Este dispositivo do instrumento convocatório precisa ser apreciado em conjunto com o item 11.3 e 18.6 também do edital:

11.3. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro

18.6. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 45 do Decreto Municipal nº 84/21 no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Temos a seguinte situação: micro e pequenas empresas estão asseguradas o prazo de 05 (cinco) dias úteis Conforme Art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/06 para regularizar a documentação que haja alguma restrição na comprovação. Nesse caso, nosso entendimento, a restrição se deu pela **instabilidade do Sistema BBMNET**, previamente consolidada pelo pregoeiro através do CHAT:

31/03/2022 10:57:05 Pregoeiro: Diante disso, consideramos que a instabilidade do sistema encontra-se sanada, permitindo a retomada do certame.

O item 11.3 então, passa a ser aplicado, para a prorrogação do prazo para a regularização fiscal, seja autorizado que o licitante o complete ou renove.

Quanto ao item 18.6 do edital, o pregoeiro, ao sinalizar instabilidade no sistema, poderá adotar medidas saneadoras, e relevar omissões e erros formais

Portanto, o item 18.6 do instrumento convocatório, na verdade, impõe ao pregoeiro informar-se com o licitante cuja habilitação encontra-se irregular sobre as justificativas que ocasionaram o defeito e, aceitando-as, assinar prazo para regularização. É dessa maneira que deve ser efetuada a leitura do item em comento segundo a Lei Complementar do 147, de 2014. Art 42.

"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato."

Aliás, é importante frisar que o item 18.6 representa a inserção, no edital, de entendimento moderno dos tribunais de contas do país, verdadeira oxigenação hermenêutica que visa a garantir a finalidade da licitação em desprestígio de sua formalidade.

Mais: não se cogita entender o item 18.6. do edital como faculdade ou opção dada ao agente, mas substancialmente um poder-dever de agir. O poder administrativo conferido a administração para atingir o fim público representa um dever de agir e uma obrigação do administrador público de atuar em benefício da coletividade e seus indivíduos. E tal poder é irrenunciável (e devem ser executados pelo titular) e obrigatório. No caso em tela, o dever de agir segundo o edital para conferir oportunidade de saneamento dos documentos visa a garantir não apenas a melhor proposta, mas o que há de mais elevado e imanente a ela: o interesse público. **Daí a inexorável necessidade de garantir ao licitante a oportunidade de justificar-se perante a comissão, explicando suas razões.**

Circunstância que nos eleva a outro ponto fundamental: **ausência de motivação da decisão inabilitadora**. Ora, se a comissão entendeu que o item 18.6 trata de faculdade conferida ao pregoeiro, através da instabilidade do sistema naquele momento, era imperioso que motivasse o ato da inabilitação do recorrente afastando a aplicação do item em referência. Afinal, o licitante vencedor, ou seja, detentor da proposta mais vantajosa, requisitou a oportunidade para sanar o defeito, e a própria comissão deveria conceder tal oportunidade independente de solicitação, a menos que tivesse razões para não fazê-lo; razões essas indispensáveis para a validade da decisão.

Aa Lei nº 9784 de 1999 estabelece, em seu artigo 50, as situações em que os atos deverão necessariamente ser motivados:

"Art. 50". Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - *neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

III - *decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;*

VII - *deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;*

Ademais, o poder-dever administrativo não abre espaço para atos facultativos imotivados. Antes o contrário! Diante de opções é que o agente público deve demonstrar os motivos de sua inclinação para um ou outro lado.

Vale observar a teoria dos motivos determinantes, segundo a qual o motivo é um requisito tão necessário à prática de um ato, que fica "umbilicalmente" ligado a ele, de modo que se for provado que o motivo é falso ou inexistente, por exemplo, é possível anular-se totalmente o ato, ou seja, os motivos se integram à validade do ato.

A pergunta que fica, diante da teoria dos motivos determinante, é: como saber se o critério utilizado pela comissão para não aplicar o item 18.6 do edital é válido se ele não foi exposto diante da instabilidade do Sistema? Como, então, exercer o controle do ato se não há motivação que autorize o contraditório?

Vê-se que, desde logo, a decisão da comissão de licitações deve ser reformada tendo em vista a desobediência ao edital, especificamente o item 18.6. que autoriza a abertura de diligência para saneamento de falhas documentais, sobretudo quando tal falha não compromete a substância da proposta, conforme se verá a seguir.

IV. DOCUMENTOS EXIGIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA. FINALIDADE E RAZOABILIDADE. RIGOR FORMAL. ACÓRDÃO 1211/2021 - P- TCU

Foi demonstrado anteriormente que o instrumento convocatório determinava, no item 11.3, a execução de diligências a fim de sanar eventuais falhas nos documentos de habilitação.

Tome-se como exemplo a seguinte decisão do TCU:

Licitação para contratação de bens e serviços: 2 – As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário

Ainda nas tomadas de contas anuais do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego - (Cindacta III), referentes aos exercícios de 2003 e 2004, julgadas pelo TCU, respectivamente, regulares e TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 2 regulares com ressalva, outra irregularidade apurada foi a inabilitação de uma empresa em uma licitação por não ter acrescido à declaração exigida pelo inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/1993 a expressão “exceto na condição de menor aprendiz”. **Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal,** pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros. Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, “a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. E como havia sido informada a inexistência de menores trabalhando, não era razoável se depreender que a empresa empregasse menores aprendizes”. **Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação “promover diligência destinada a esclarecer a questão,** indagando da empresa a utilização ou não de menores aprendizes”, o que não configuraria irregularidade,

qualquer que fosse a resposta obtida. Por conseguinte, votou pelo provimento dos recursos de revisão intentados, e, no ponto, pela rejeição das justificativas apresentadas pelos responsáveis envolvidos, levando o fato em consideração para votar, ainda, pela irregularidade das contas correspondentes, sem prejuízo de aplicação de multa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão no 7334/2009 – 2ª Câmara. Acórdão n.º 2003/2011- Plenário, TC-008.284/2005-9, rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011.

A decisão acima tem valor pelo que informa quanto ao saneamento de falhas que o pregoeiro deve providenciar antes de declarar a inabilitação de licitante. A conduta exigida é a prática de diligência para apuração das eventuais lacunas de documentação, não a inabilitação sumária.

Repise-se o entendimento do Tribunal de Contas da União: ***“Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação “promover diligência destinada a esclarecer a questão.”.***

É importante notar que o posicionamento é de 2011. Muito se consolidou e evoluiu desde então.

O Acórdão n. 1211/2021-P também agora aborda a questão de forma instrutiva. Trata-se de decisão do plenário do Tribunal de Contas da União que enfrenta o tema da inabilitação e o rigor formal de forma inovadora. Transcrevemos um trecho:

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (grifamos)

Cumpre destacar, pois confirma tudo que foi defendido até aqui:

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes

O Relator, Min. Walton Alencar, ponderou a vasta jurisprudência do Tribunal no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Com isso, defendeu que a vedação à inclusão de documento “*que deveria constar originariamente da proposta*”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação.

O Ac. 1211/2021-P é claro:

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Como se vê, o I. Pregoeiro deveria ter aberto oportunidade para que a recorrente apresentasse aqueles documentos que comprovam condição pré-existente, através de saneamento do pregão, como determina o art. 43 da lei 8.666/93. Vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Embora a letra da lei mencione a expressão “facultada”, temos que a promoção de diligência de há muito é obrigatória quando se trata de inabilitação de licitante. O TCU, em decisão de 2015, estabeleceu:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário) (grifamos)

Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta, há um poder-dever por parte da Comissão de Licitação/Pregoeiro em realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

O formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos

administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

O formalismo deve, sempre, ceder lugar à finalidade e razoabilidade. Não é possível imaginar cenário em que se defenda pagar mais caro só porque o licitante esqueceu de apresentar um documento. Ou, como no caso concreto, declarar fracassada a licitação por ausência de declarações por parte do licitante vencedor.

A finalidade leva em conta o interesse público na contratação e a razoabilidade informa todo o agir da Administração Pública. Perante de uma situação onde está-se diante de uma condição vantajosa para a Administração, mas presentes lacunas ou vícios sanáveis através de simples diligência, deve-se atentar para o interesse público, a economia (financeira e de atos procedimentais) e, mantendo o pregão, oportunizar ao licitante detentor da proposta mais vantajosa a apresentação de documentos que comprovem condição pré-existente.

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)

Mais:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O entendimento do TCU no tocante a apresentação de documentos posteriormente, através de diligência da Comissão de Licitação que visa a sanar o processo licitatório com vistas a atender à finalidade e razoabilidade, está em consonância com as melhores práticas administrativas. Tanto é assim que a Nova Lei de Licitações (14.133/2021) acolheu em seu bojo o entendimento do tribunal nos seguintes termos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Ainda que a presente licitação não esteja sob o pálio da nova lei, restou claro que o entendimento do TCU é aplicado à Lei 8.666/93.

O que se deu no presente pregão eletrônico foi o prestígio do formalismo em detrimento da finalidade.

Robustecendo ainda mais, Hely Lopes Meirelles, em “Licitação e Contrato Administrativo”, entende que:

“é inadmissível que se prejudique um licitante por meras omissões ou irregularidades na documentação ou sua proposta (...) por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação”.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

E mais:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Através de simples diligência, facilmente realizável na própria sessão eletrônica, o I. Pregoeiro poderia viabilizar a apresentação do balanço comprovador de capacidade econômica. Ou seja: era uma questão de valorizar a contratação pelo menor preço, respeitar o vencedor em face da livre competição, através da simples abertura de um prazo, que poderia ser de minutos, no lugar de inabilitar a recorrente em desatenção aos princípios da economia, finalidade e razoabilidade.

Mais uma vez: o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao

instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”. E mais ainda: existe o Ac. 1211/2021 do TCU autorizando - na verdade determinando ! - a abertura de diligência para sanar falhas e lacunas em casos como o que se deu no presente pregão.

V. CONCLUSÃO

Restou demonstrado que a Comissão de licitação não agiu segundo a legislação, o entendimento dos tribunais e, por fim, o próprio instrumento convocatório, causando prejuízo à recorrente que se sagrou vencedora na disputa por lances do presente pregão, oferecendo o menor preço e, portanto, proposta mais vantajosa à Administração Municipal.

A decisão precisa ser reformada tendo em conta que se distancia da melhor exegese sobre o tema, não obstante confronte-se igualmente com a lei, o TCU e o edital, como deixou claro o Ac. 1211/2021 do TCU que determina à Comissão que proceda à abertura de diligências a fim de suprir eventuais lacunas provenientes de falhas na documentação falhas no sistema antes de inabilitar o licitante.

Logo, é com socorro no princípio da finalidade da licitação (e dos atos administrativos em geral), e com o exemplo colhido da interpretação desenvolvida pelo TCU, que a recorrente pugna pela reforma da decisão que declarou sua inabilitação para o certame, requerendo:

- O Recebimento do presente recurso, visto que tempestivo e ter atendido à exigência de manifestação oral de sua intenção;
- A reforma da decisão que inabilitou o recorrente para que seja esta transformada em diligência a fim de que o recorrente supra falha em sua habilitação, como previsto no item 18.6 do edital
- A juntada do anexo a prova de regularidade Fiscal junto ao FGTS, prova de comprovação como Empresa de Pequeno Porte, com vistas a dar celeridade à diligência que esta Comissão certamente deferirá em razão do que foi arrazoado acima, onde se verifica que à época da proposta

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 01 de Abril de 2022.

DPL COMERCIO REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA
PEDRO WILTON DE AZEVEDO CARNEIRO